



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 388 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2015, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

Este texto não substitui o publicado no DOU.

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	862.836.211,30	24.795.271,51	887.631.482,81
Pessoal Ativo	589.046.938,10	23.605.839,27	612.652.777,37
Pessoal Inativo e Pensionistas	273.789.273,20	1.189.432,24	274.978.705,44
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	247.658.208,65	24.795.271,51	272.453.480,16
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	299.108,26	0,00	299.108,26
Despesas de Exercícios Anteriores	3.880.394,95	24.795.271,51	28.675.666,46
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	243.478.705,44	0,00	243.478.705,44
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	615.178.002,65	0,00	615.178.002,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.857.642.623,16
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,093655%	0,000000%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,223809%		1.470.106.521,38
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,212619%		1.396.601.195,31
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,201428%		1.323.095.869,24

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL E SIAFI OPERACIONAL - Secretaria de Orçamento e Finanças - 21/09/2015 - 16:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.

Este texto não substitui o publicado no DOU.

Nos subtópicos - Pessoal Ativo e Despesas de Exercícios Anteriores - não foi contado o valor de R\$ 1.845.814,83 referente à descentralização da Justiça Federal (órgão 12000) para pagamento de passivos.

Miguel Augusto Fonseca de Campos
Diretor-Geral

Sulamita Avelino Cardoso Marques
Secretária de Orçamento e Finanças

Wilson de Oliveira Bezerra
Secretário de Controle Interno

Este texto não substitui o publicado no DOU.